



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Universidade Federal da Fronteira Sul



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO TERMO DE CONTRATO Nº 107/2014

Tendo em vista o encerramento da vigência contratual do Termo de Contrato Nº 107/2014, na condição de fiscal de contrato, emito o presente relatório, referente à avaliação da prestação de contas apresentada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária - FAPEU, na execução do projeto “Organização Produtiva de Mulheres e Promoção de Autonomia por Meio do Estímulo à Prática Agroecológica”.

Após assinatura do contrato pelas partes, a UFFS encaminhou uma via original do documento à FAPEU, que iniciou os trâmites de cadastramento do Projeto, numerado como 226/2014 na fundação. Atestada a Fatura Nº 71.699 da FAPEU, a UFFS disponibilizou em 26/02/2015 os primeiros R\$ 278.559,45 para execução financeira do projeto. No decorrer do período contratado, a universidade encaminhou à fundação um montante de R\$ 1.009.308,93, dos quais foram descontados, a título de ressarcimento de despesas operacionais da fundação de apoio, um total de R\$39.262,10, fracionados percentualmente a cada envio de recursos. O saldo financeiro foi mantido em aplicação financeira, que rendeu ao projeto um total de R\$ 21.452,82, remanejados próximo ao final da vigência para pagamento de hospedagem, alimentação e serviços de pessoa jurídica. Reitera-se que a UFFS não precisou encaminhar uma verba de R\$ 177.683,37 à FAPEU, e o saldo apurado em 31/12/2016, de R\$ 86.118,36, foi devolvido à UFFS por meio de Guia de Recolhimento da União. Portanto, dos R\$ 1.186.992,30 recebidos para a execução do projeto, a UFFS devolveu um total de R\$ 263.801,73, resultado de economicidade na execução das ações previstas como meta física.

Em março de 2015 iniciaram-se os pagamentos de diárias, serviços de terceiros - pessoa jurídica e serviços de terceiros - pessoa física. No decorrer do projeto, foram destinados R\$ 237.460,13 para o custeio de diárias, R\$ 478.255,26 para pagamento de serviços de terceiros - pessoa jurídica e R\$218.184,00 para pagamento de serviços de terceiros - pessoa física. Cada solicitação de pagamento foi analisada de forma independente, com vistas a custear apenas as atividades previstas no projeto.

Os materiais de consumo foram adquiridos conforme previsão do plano de trabalho original, havendo nesta rubrica, inclusive, uma economicidade considerável se comparada à previsão de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Universidade Federal da Fronteira Sul



gastos. A pesquisa de preços realizou-se na região de Chapecó e exigimos qualidade no material fornecido. Foram obtidas três cotações para cada compra e os fornecedores que apresentaram propostas com valor reduzido em relação aos concorrentes foram autorizados ao fornecimento dos materiais, que resultaram em uma despesa de R\$ 10.744,00.

É importante informar que, do total de recursos, R\$1.186.992,30 (R\$ 950.077,80 do TED027/2014 e R\$236.914,50 do TED 036/2015), empenhados para a execução do contrato supracitado, foi transferido à FAPEU um montante de R\$1.009.308,93 (um milhão e nove mil trezentos e oito reais e noventa e três centavos). Esse valor foi aplicado e rendeu R\$21.452,82 (vinte e um mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e oitenta e dois centavos). Assim, a receita financeira total (recurso mais rendimentos) foi de R\$ 1.030.761,75 (um milhão e trinta mil setecentos e sessenta e um reais e setenta e cinco centavos). Desse total, foi utilizado o montante total de R\$ 944.643,39 (novecentos e quarenta e quatro mil seiscentos e quarenta e três reais e trinta e nove centavos), para executar as atividades previstas no plano de trabalho e os R\$86.118,75 (oitenta e seis mil cento e dezoito reais e setenta e cinco centavos) restantes foram devolvidos à UFFS por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU).

A vigência original do Termo de Contrato N° 107/2014 foi estabelecida entre 25/11/2014 e 24/11/2015. Todavia, tendo em vista as dificuldades para a execução nos prazos estabelecidos e a prorrogação da vigência do projeto no MDA, celebrou-se o Primeiro Termo Aditivo, estendendo a vigência para 24/11/2016. Reitera-se que todos os ajustes do plano de trabalho original foram encaminhados ao Departamento de Contratos da UFFS.

Quanto à FAPEU, atesto que a mesma empenhou-se no atendimento ao seu papel de gestora administrativa e financeira do projeto, prestando o apoio necessário aos procedimentos de contratações de pessoas jurídicas (exceto na busca de orçamentos), pagamento de reembolsos e materiais de consumo, custeio de bolsas, além do gerenciamento, acompanhamento e arquivo das comprovações enviadas pela UFFS. A FAPEU possui arquivadas as comprovações originais das despesas do contrato, da mesma forma com que possuo um registro secundário com todas as despesas decorrentes, bem como cópias dos documentos encaminhados à fundação.

Em meu acompanhamento ao projeto, percebi que as despesas foram executadas de acordo com o plano de trabalho e que as metas físicas pactuadas foram atendidas em sua integralidade, ainda que, em alguns dos módulos não tenha tido a participação de cursistas conforme planejado, embora a divulgação dos cursos de formação tenha sido efetiva. Em relação ao trabalho



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Universidade Federal da Fronteira Sul



desenvolvido pela FAPEU, atesto que ela empenhou-se no atendimento ao seu papel de gestão administrativa e financeira do projeto “Organização produtiva de mulheres e promoção de Autonomia por meio do estímulo à prática agroecológica”, realizando as contratações de pessoas jurídicas, em conjunto com a gestão do contrato, o pagamento de diárias, passagens e despesas com locomoção, aquisição de materiais de consumo, pagamento de todas as despesas demandadas, gerenciamento, acompanhamento e arquivo da prestação de contas enviada pela UFFS.

Observando os relatórios financeiros, extratos da conta-corrente e do fundo de investimento específico do projeto, constato que os registros recebidos na prestação de contas conferem na sua integralidade com o controle de fiscalização do contrato. Diante disso e considerando os aspectos supracitados, avalio como REGULAR a prestação de contas do contrato 107/2014, realizada pela FAPEU. Quanto ao tombamento tempestivo dos bens adquiridos, não se aplica ao contrato, que teve recursos destinados exclusivamente para custeio.

Chapecó – SC, 08 de março de 2017.

Elis G. L. da Fonseca
Intérprete de Libras
Fiscal do contrato



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E DE AVALIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO PROJETO ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DE MULHERES E PROMOÇÃO DE AUTONOMIA POR MEIO DO ESTÍMULO À PRÁTICA AGROECOLÓGICA

O presente relatório foi elaborado pela coordenação do projeto. É composto de duas partes, sendo que na primeira está a descrição de como o curso foi desenvolvido e resultados atingidos. Na sequência, está a análise da prestação de contas.

I – O desenvolvimento do projeto

O Projeto “**Organização Produtiva de Mulheres e Promoção de Autonomia por Meio do Estímulo à Prática Agroecológica**”, foi desenvolvido pela Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS por meio de um convênio com a Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas/DPMRQ do Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA.

O objetivo era a execução de ações formativas com mulheres e profissionais das entidades e dos movimentos que desenvolvem atividades de Organização Produtiva e de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para mulheres, seja Ater Mulheres ou Ater Agroecologia. A Universidade Federal da Fronteira Sul desenvolveu as atividades de formação em parceria com as organizações e movimentos sociais que representam o público das mulheres e técnicas participantes nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina: o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf). Também fizeram parte do projeto, entidades prestadoras de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e no Paraná.

O curso foi organizado em seis módulos de formação que foram desenvolvidos nos três estados participantes. No estado de Santa Catarina foram seis turmas, com a seguinte composição: mulheres camponesas pertencentes ao MMC; mulheres camponesas pertencentes ao MST; mulheres agricultoras familiares pertencentes a Fetraf; mulheres dirigentes das três entidades; mulheres das três organizações que atuam como técnicas; e finalmente, a turma de técnicas e técnicos da Oestebio e Unitagri. As ações de formação ocorreram em três modalidades: as aulas teóricas de cada módulo

16/11/11



foram desenvolvidas em Chapecó para as seis turmas, as saídas de campo para aulas práticas e trocas de experiências em diversas propriedades da Região Oeste e o seminário sobre Feminismo e Agroecologia no Campus da Universidade Federal da Fronteira Sul.

No Paraná, inicialmente, foram cinco turmas: uma formada por mulheres do MMC, uma por mulheres do MST, uma por mulheres da Fetraf, uma com mulheres dirigentes das três entidades, uma com técnicas indicadas pelas entidades. As turmas de dirigentes e técnicas se juntaram a partir do segundo módulo para facilitar o transporte das participantes. As atividades aconteceram em locais diferentes, com turmas realizando atividades nas cidades de Francisco Beltrão, Laranjeiras do Sul e Cascavel. O Seminário com o tema Políticas Públicas para Mulheres Rurais aconteceu na cidade de Cascavel com a participação de todas as turmas envolvidas.

No Rio Grande do Sul, iniciaram cinco turmas: uma formada por mulheres do MMC, uma por mulheres do MST, uma por mulheres da Fetraf, uma com mulheres dirigentes das três entidades e técnicas indicadas pelas entidades e a turma com técnicas e técnicos das entidades de ATER. No decorrer, houve a fusão das turmas de técnicas e dirigentes dos movimentos sociais. As atividades aconteceram em dois locais, com turmas realizando atividades em Passo Fundo e Viamão. O Seminário com o tema Feminismo e Agroecologia aconteceu no Campus da Universidade Federal da Fronteira Sul em Erechim, com a participação de todas as turmas envolvidas.

Em relação as temáticas abordadas, o módulo I tratou da **Agricultura Familiar e Camponesa: as questões de gênero na organização da Produção**. O principal objetivo foi o de capacitar as mulheres rurais para o debate acerca da sua participação nos espaços da unidade de produção e nas relações com a sociedade. Tanto na organização do processo produtivo como na gestão das unidades de produção, as mulheres tiveram um espaço reduzido. Nesse sentido, conhecer a história e a participação efetiva das mulheres rurais nesses espaços nos permite avançar na conquista de direitos e maior participação nas decisões que envolvem todo o espaço de produção, comercialização e participação política. Essa discussão contribui para a construção de novas visões sobre relações de gênero nas unidades de produção e na sociedade, estimulando o empoderamento das mulheres. As discussões foram amplas, com embasamento teórico acerca dos conceitos de campesinato, agricultura familiar e agronegócio.

O módulo II, **Produção de autossustento, quintais produtivos na agricultura familiar e camponesa: o papel historicamente desempenhado pelas mulheres**, teve como principal objetivo analisar e reconhecer a importância histórica do trabalho da mulher para a garantia da soberania e segurança alimentar, o autossustento das famílias, a preservação da diversidade e a continuidade da



vida. Neste módulo, mais que a teoria, o que apareceram foram as experiências práticas das mulheres. As saídas de campo contemplaram diferentes espaços, propriedades de tamanhos e produção diferenciadas. Foram momentos de trocas de experiências e, para as técnicas e técnicos foi uma oportunidade de conhecer experiências diversas para auxiliar seu trabalho de extensão.

Feminismo, agroecologia e sustentabilidade, foi abordado no módulo III. O objetivo era analisar criticamente a presença do feminismo, da agroecologia e da sustentabilidade na dinâmica de vida no campo, (re)construindo representações existentes. Compreender as mulheres, constituídas enquanto sujeitos envolvidos no processo formativo, desenvolvendo e ampliando competências, saberes e práticas permeadas por relações de poder construídas ao longo dos processos históricos da humanidade, bem como compreender que o movimento cultural, social, político e ideológico da sociedade permanentemente em construção não só influencia os conceitos e as práticas postos socialmente, mas determina suas relações. Este módulo foi um dos mais intensos em termos de debate. Primeiro porque trouxe o debate do conceito de feminismo, o que era necessário tanto para as mulheres rurais como para as técnicas e técnicos de ATER. E segundo porque fez a relação do feminismo com agroecologia, mostrando o papel desempenhado pelas mulheres na agricultora agroecológica.

O módulo IV, **Plantas medicinais, aromáticas e alimentícias**, mostrou a construção histórica do conhecimento e uso das plantas medicinais nas práticas de cuidados. O cuidado da saúde é um trabalho que, historicamente, foi mais desempenhado pelas mulheres. Assim, a utilização das plantas para a saúde faz parte do cotidiano das mulheres rurais. Com o desenvolvimento da agricultura moderna, muito do conhecimento que era passado de mães para filhas foi se perdendo, assim como a variedade de plantas medicinais. É importante conhecer as plantas e seus princípios para o uso adequado na saúde humana e animal e resgatar essa história para que as mulheres se sintam valorizadas em seus conhecimentos. Este foi outro módulo com saídas de campo para conhecer hortos medicinais e distinguir as plantas mais comuns que as famílias costumam ter no meio rural.

O módulo V, **Organização produtiva e economia feminista**, teve como finalidade compreender o papel desempenhado pelas mulheres na produção e como elas se inserem nos espaços de produção e comercialização. O desenvolvimento só pode ser compreendido como sustentável e solidário se inserir a mulher no processo de construção. Da mesma forma o modelo de cooperativismo e associativismo que responda às demandas da agricultura de base familiar deve responder às demandas das mulheres rurais. Para tanto é necessário compreender os conceitos de

Vou del



desenvolvimento sustentável e solidário, os princípios do cooperativismo e associativismo e entender o papel desempenhado pelas mulheres nestes espaços e como a discussão da economia feminista contribui nessa compreensão.

O último módulo (VI), **Acesso à Políticas Públicas pelas mulheres, com foco em políticas agrárias e agrícolas**, buscou debater a importância e o papel que as políticas públicas podem desempenhar para o empoderamento das mulheres rurais. Um recente estudo da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), publicado em 2011, mostra que se as mulheres rurais tivessem o mesmo acesso aos recursos que os homens, conseguiriam diminuir a fome no mundo entre 12% e 17%. O acesso às políticas públicas pode ser considerado como a principal fonte de acesso a esses recursos pelas mulheres. Para isso é necessário conhecer o que são e quais as políticas públicas existentes para a agricultura de base familiar e como as mulheres estão contempladas nestas políticas. É necessário também problematizar o acesso às políticas públicas para as mulheres e refletir sobre o papel do Estado na implantação e implementação das políticas públicas a fim de proporcionar o debate para a construção de novas Políticas Públicas direcionadas às mulheres.

A forma como foi desenvolvido o projeto mostra a interação tanto entre a universidade e a comunidade como entre as diferentes organizações que participaram. E justamente pela perspectiva dialógica assumida na sua execução, que muitos desafios se colocaram. Gradativamente os ritmos, necessidades e prioridades de cada segmento envolvido foi se ajustando, revelando um cenário complexo de situações que exigiam o empenho de todas participantes, desde as cursistas, dirigentes e coordenação.

É reconhecido o grau de dificuldades que enfrentam as mulheres do campo brasileiro, e isto também se refletiu no andamento da formação, não apenas a partir dos relatos que nos tocava profundamente, mas também nos aspectos práticos que incidiam na questão da autonomia das mulheres.

O projeto foi um grande desafio desde o início, mas estimulante em muitos sentidos. Primeiro, por ser um projeto ousado, que previa atender um público grande e em três estados, o que envolveu um grande número de pessoas de entidades e universidade. Segundo, porque todas as pessoas envolvidas na coordenação sejam da universidade ou da comunidade externa, tiveram que lidar com realidades diferentes de um mundo rural amplo. Mas também foi desafiador no que se refere a pensar organizações diferentes trabalhando com um objetivo único.

Em relação ao impacto das ações, vale destacar que o curso proporcionou a participação de



370 pessoas entre técnicas e técnicos que entidades que prestam Assistência Técnica e Extensão Rural, mulheres camponesas e agricultoras familiares, dos 3 estados do Sul.

As participantes avaliaram positivamente o curso, como “muito bom”. Os conhecimentos adquiridos sobre agroecologia, agronegócio, economia, cooperativas, plantas medicinais, participação da mulher na comercialização dos produtos, feminismo, violência contra a mulher, aborto, sexualidade, dentre outros, fortaleceram/empoderaram as mulheres para assumir o seu protagonismo na sociedade. Também é importante destacar, que os encontros não foram somente trocas de conhecimentos e experiências, mas proporcionaram a socialização de sementes, mudas, receitas e alimentos. A cada novo encontro, era possível perceber o entusiasmo dessas mulheres para aprender algo novo, reencontrar o grupo e fortalecer as relações.

No entanto, vale a pena destacar algumas dificuldades encontradas: as diferentes realidades vivenciadas no campo dos 3 estados foi um grande desafio; a dificuldade de comunicação com as participantes, pois a maioria reside em acampamentos e assentamentos, e não tem acesso a telefone e internet; atrasos no envio de notas fiscais e pagamentos de reembolsos; a adequação do plano de trabalho em função dos cortes orçamentários foi desgastante, pois era necessário proporcionar condições mínimas para as mulheres poderem participar das formações; a elaboração de todo o material utilizado nas formações e a sistematização dessa experiência nas publicações foram trabalhos ousados e que demandaram tempo e dedicação da coordenação. Outra dificuldade encontrada foi a falta de apoio da universidade em disponibilizar servidores que conheçam os trâmites e legislações sobre gestão de recursos e relação com fundação de apoio, pois o volume de recursos envolvido no projeto foi grande.

Para finalizar, destaca-se a importância dessa experiência que, sem dúvida, contribuiu para o aprimoramento das mulheres participantes, professoras, coordenadoras e da UFFS também, pois articular diferentes pessoas e entidades é sempre válido. Além disso, foi possível perceber o reconhecimento que elas têm em relação a importância da UFFS e dos projetos e coordenações para articular mundos tão diferentes (meio rural, movimentos sociais e universidade) e temas que tem poder de transformar relações sociais. Cabe agora, a UFFS continuar acompanhando esse grupo para verificar como essa formação está se efetivando na prática

II – Prestação de contas

O Projeto “**Organização Produtiva de Mulheres e Promoção de Autonomia por Meio**”



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Universidade Federal da Fronteira Sul



do Estímulo à Prática Agroecológica”, concebido por meio da Unidade Orçamentária da UFFS, teve recursos oriundos da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas/DPMRQ do Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA e seu empenho foi destinado à Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU, que colaborou na gestão administrativa e financeira do recurso. Após assinatura do Termo de Contrato N° 107/2014 pelas partes, a respectiva via do contrato foi encaminhada pela UFFS à FAPEU, que iniciou os trâmites de cadastramento do Projeto, numerado como 226/2014 na fundação.

Após ateste da Fatura N° 71.699 da FAPEU, a UFFS disponibilizou em 26/02/2015 os primeiros R\$ 278.559,45 para execução financeira do projeto. No decorrer do período contratado, a universidade encaminhou à fundação um montante de R\$ 1.009.308,93, dos quais foram descontados, a título de ressarcimento de despesas operacionais da fundação de apoio, um total de R\$39.262,10, fracionados percentualmente a cada envio de recursos. O saldo financeiro foi mantido em aplicação financeira, que rendeu ao projeto um total de R\$ 21.452,82, remanejados próximo ao final da vigência para pagamento de hospedagem, alimentação e serviços de pessoa jurídica. Reitera-se que a UFFS não precisou encaminhar uma verba de R\$ 177.683,37 à FAPEU, e o saldo apurado em 31/12/2016, de R\$ 86.118,36, foi devolvido à UFFS por meio de Guia de Recolhimento da União. Portanto, dos R\$ 1.186.992,30 recebidos para a execução do projeto, a UFFS devolveu um total de R\$ 263.801,73, resultado de economicidade na execução das ações previstas como meta física.

Em março de 2015 iniciaram-se os pagamentos de diárias, serviços de terceiros - pessoa jurídica e serviços de terceiros - pessoa física. No decorrer do projeto, foram destinados R\$ 237.460,13 para o custeio de diárias, R\$ 478.255,26 para pagamento de serviços de terceiros-pessoa jurídica e R\$218.184,00 para pagamento de serviços de terceiros - pessoa física. Cada solicitação de pagamento foi analisada de forma independente, com vistas a custear apenas as atividades previstas no projeto.

Os materiais de consumo foram adquiridos conforme previsão do plano de trabalho original, havendo nesta rubrica, inclusive, uma economicidade considerável se comparada à previsão de gastos. A pesquisa de preços realizou-se na região de Chapecó e exigimos qualidade no material fornecido. Foram obtidas três cotações para cada compra e os fornecedores que apresentaram propostas com valor reduzido em relação aos concorrentes foram autorizados ao fornecimento dos materiais, que resultaram em uma despesa de R\$ 10.744,00.

Destaca-se também que as metas físicas foram atingidas: capacitou-se 412 Técnicas/os de ATER e mulheres camponesas e agricultoras familiares, da região Sul; foram produzidas e publicadas 3 obras sendo uma cartilha abordando as temáticas dos módulos de capacitação, um livro com artigos que trazem um aporte teórico sobre as temáticas trabalhadas no decorrer do projeto e um livro que apresenta os relatos das participantes do projeto sobre a seu envolvimento no mesmo.

Vale informar que, no decorrer da execução do projeto, o contrato passou por alguns ajustes em relação ao plano de trabalho original, cujas justificativas e os próprios documentos se encontram no Processo N° 23205.003977/2014-45.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Universidade Federal da Fronteira Sul



Analisando o relatório financeiro, é possível perceber que as despesas decorrentes do projeto foram executadas de acordo com o plano de trabalho e que a fundação de apoio empenhou-se no atendimento ao seu papel de gestora administrativa e financeira do projeto. Realizou as contratações de pessoas jurídicas, pagamento de diárias, passagens e despesas com locomoção, aquisição de materiais de consumo, pagamento de todas as despesas demandadas, gerenciamento, acompanhamento e arquivo da prestação de contas enviada pela UFFS, sempre de forma ágil e prestativa. Também é importante destacar o arquivamento das despesas efetuadas, tanto pela FAPEU, quanto pela coordenação do projeto e fiscal do contrato.

Ao considerar os aspectos acima, avalia-se como REGULAR a prestação de contas do Termo de Contrato Nº 107/2014, realizada pela FAPEU, com ressalvas negativas ao fato de termos de buscar orçamentos junto aos potenciais prestadores de serviços e fornecedores (o que entendemos ser papel da fundação de apoio) além de alguns problemas de comunicação, especialmente no início do projeto. Apesar disso, temos de reconhecer os esforços da FAPEU para a manutenção da ordem na execução e prestação de contas do contrato. Quanto ao tombamento tempestivo dos bens adquiridos, não se aplica, pois o objeto do contrato teve recursos destinados exclusivamente para custeio.

Chapecó, SC, 08 de março de 2017.

Valdete Boni

Coordenadora do projeto
De 09/01/2015 à 05/04/2016

Lucélia Peron

Coordenadora do projeto
A partir de 02/08/2016